

Literatura Imperial: a escrita poética feminina de Beatriz Brandão¹

*Fernanda Pires Priamo*²

*Leandro Pereira Gonçalves*³

*Nícea Helena de Almeida Nogueira*⁴

Resumo

A escritora mineira Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779 -1868) foi uma das poucas presenças femininas a obter destaque no período imperial, durante o Segundo Reinado. Colaboradora de jornais cariocas do período, a autora deixou uma extensa obra poética.

Ressalta-se sua atuação intelectual no contexto histórico, levando em consideração o papel desempenhado pela mulher na sociedade do século XIX que serviu de reflexão para a análise do papel feminino no século XX.

Palavras-Chave: Mulher; Intelectual; Produção literária; História e Literatura.

Literature and Society: the female writing through Beatriz Brandão's poetry

Abstract

The writer Beatriz Francisca de Assis Brandão was born in Brazilian province of Minas Gerais (1779-1868). She was one of the few female characters to gain recognition during Imperial period of the Second Reign in Brazil. Collaborator to several Rio de Janeiro newspapers of her time, this author left us a comprehensive poetic work. Her intellectual activities were highlighted in the historical context, taking into consideration the role of the women in the 19th century society, which served as guide for the analysis of the role of the women in the 20th century.

Keywords: Woman; Intellectual; Literary production; History and Literature

1 Este artigo traduz parte substancial da pesquisa desenvolvida no Projeto de Iniciação Científica, financiado pelo Programa de Bolsa de Iniciação Científica do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora no ano de 2007.

2 Graduada em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora; Participante do Grupo de Pesquisa Literatura e Autoritarismo (UFSM).

3 Doutorando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com estágio (Investigador Visitante Júnior) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Professor do Curso de História do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF).

4 Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora.

Introdução

Beatriz Francisca de Assis Brandão foi uma das poucas mulheres que transcenderam a subserviência imposta a elas durante o Brasil do século XIX, característica que esteve presente nas conquistas femininas do século XX. Com atuação nos campos intelectuais e literários, buscou fazer a diferença na sociedade feminina de sua época. O ápice de seu trabalho ocorreu durante sua estadia no Rio de Janeiro, local onde residiu nas últimas décadas de sua vida, em meados do século XIX, em plena corte imperial, focando o papel desempenhado pela mulher nessa sociedade.

Por ser uma mulher de facetas instigantes, Beatriz Brandão proporcionou diversas questões que permeavam o universo literário feminino no qual estava inserida, em que poucas eram as mulheres, ainda que pertencentes a classes mais abastadas, que tinham acesso à educação e mais raro ainda aquelas que escreviam de forma a produzir literatura.

As mulheres na história do pensamento literário

Dentre tantas mudanças ocorridas no século XIX, o pensamento social se faz presente junto ao surgimento de uma sólida burguesia. Há também uma nova forma de se pensar. Uma mentalidade burguesa, que traz como modelo de família aquele constituído com base em um ambiente seguro, em que o papel da mulher é o de esposa submissa ao marido e dedicada a essa família. A ela não é dada a possibilidade de nenhum tipo de trabalho para além do lar: eis o modelo de mulher ideal. Entretanto esse não será seguido por todas as mulheres; muitas foram as que ultrapassaram os limites desse modelo idealizado.

Conforme D’Incao (2004), com a vinda da família imperial para o Brasil, a situação feminina tendeu a modificar um pouco, pois a presença das mulheres se fazia necessária nas recepções sociais que passaram a ser frequentes desde então.

Gilberto Freyre (2000) nomeia esse momento de semipatriarcal, com uma vida mais mundana. Ele considera que a vida dessas mulheres tendeu para uma maior variedade de contatos extradomésticos,

porém, o que elas aprendiam quase sempre se limitava a danças, a músicas, ao canto e algumas delas à escrita e à tradução de língua estrangeira, na maioria das vezes o francês. Assim, segundo o autor, esse alargamento que se fez, seja por meio do teatro, do romance, dos salões, foi quase insignificante e inócuo.

À mulher era permitido o aprendizado do ensino elementar, entendido pelo *ler e escrever*, ensino que aparece como uma prática mais efetiva no início do século XIX, reivindicada como direito até então reservado ao sexo masculino. A esse respeito, Vasconcellos afirma que: “mesmo assim muitas mulheres souberam equilibrar a relação da agulha e da caneta e transgrediram padrões culturais” (2006, p.2).

É necessário perceber alguns comportamentos femininos, não como submissos, pensamento simplista, principalmente se interpretado, como aponta Neuma Aguiar ao afirmar que: “a aceitação pelas mulheres de determinados cânones não significa, apenas, vergarem-se a uma submissão alienante, mas igualmente, construir um recurso que lhes permita deslocar ou subverter as relações de dominação” (1997, p.107).

Portanto, a idéia que o senso comum tem sobre essas mulheres do século XIX de submissão e conformidade, como se todas fizessem parte de um único grupo homogêneo em suas práticas e atitudes, pouco tem fundamento, pois a cada dia se descobre a intensa participação feminina na construção da história.

Norma Telles (2004) aponta que, mesmo assim, as mulheres no século XIX não tinham um direito efetivo à participação na sociedade. E escrever num contexto como essa também foi uma tarefa árdua, uma vez que deveriam para isso quebrar padrões socialmente estabelecidos para o sexo feminino. Entretanto, nota, nessa mesma época, a atuação de mulheres no campo das letras. E complementa mostrando que, ao usar a sua escrita com o objetivo de conquistas, essas mesmas mulheres tiveram que enfrentar uma sociedade que não via com bons olhos o envolvimento delas nas ações em torno da política ou algo do gênero.

Segundo Constância Lima Duarte, desde o século XVI, algumas mulheres ousaram lançar mão de alguns subterfúgios para conseguir entrar nesse mundo letrado e intelectualizado. “Se lembramos de tempos tão remotos, será preciso registrar as tantas mulheres aristocratas que ousaram se vestir de

homem para ter acesso a escolas de nível superior” (1997, p. 88).

Não só escritoras, como outras mulheres que estavam ligadas a outros campos (como música, artes plásticas) enfrentaram uma gama de dificuldades para se impor numa sociedade que se recusava a aceitar a concorrência feminina, em quaisquer domínios. Por isso, informa Telles (2004) que a muitas mulheres foi permitida a escrita, mas esses referidos escritos deveriam obedecer a um padrão de temas a serem abordados.

Para a pesquisadora, a conquista da escrita pelas mulheres enfrenta um território antes predominantemente masculino. Apesar de ter sido longa e difícil, essa conquista resultou em muitas produções que vão desde cadernos de anotações (espécies de diário) até poemas, romances e jornais. Como afirma Telles: “tiveram que se livrar da tirania do alfabeto, tendo primeiro de aprendê-lo para depois destruir os mecanismos de dominação neles contidos” (2004, p. 409).

Sobre essas produções literárias, Duarte diz que muitas vezes eram assinadas com pseudônimos: “muitas fizeram uso de pseudônimos masculinos, como forma de driblar a crítica e, ao mesmo tempo, se protegerem da opinião pública” (2004, p.87). A autora permanece dizendo que se alguma dessas mulheres ousassem assumir a sua escrita, corriam o risco de serem tratadas como pessoas instáveis emocionalmente e a elas restava o isolamento social, tendo, em alguns casos seus escritos eliminados.

São escassas as documentações acerca da questão da mulher na História que seja de autoria feminina. Assim, nas palavras de Duarte: “a interiorização de normas morais e da culpabilidade com certeza devem ter impedido a muitas de se dedicar à Literatura” (2004, p. 89). O fato é que não faltavam na sociedade formas de fazer com que essas mulheres se sentissem incapazes intelectualmente e, muitas vezes, acuadas, pois elas deveriam seguir as normas de conduta estabelecidas por essa sociedade.

Mas qual era a relação estabelecida entre essas mulheres, seus escritos e o contexto de produção? Para responder a essa questão, deve-se considerar a obra literária historicizada, ou seja, essa produção está ligada diretamente à realidade social de mulheres que pertenciam a uma elite intelectualizada.

A tentativa de compreender o fazer literário, a partir de um olhar histórico, já indica que ele deve ser considerado, partindo do pressuposto que envolva uma análise das construções sociais, em que o intelectual, autor da produção literária, esteja inserido.

Torna-se importante questionar a ideia de uma literatura, vista por uma ótica idealista, como

autônoma em relação a sua produção. “Não se trata de negar a existência do talento individual [...] do criador [...] mas considerá-lo parte da dinâmica social.” (FACINA, 2004, p. 10).

Para Facina é necessário, quando se pesquisa literatura e literatos, tornar esse objeto histórico:

Os escritores são produtos de sua época e sociedade. Desse modo, mesmo o artista mais consagrado [...] dotado de um talento especial [...]. é sempre um indivíduo de carne e osso, sujeito aos condicionamentos que seu pertencimento de classe, sua origem étnica, seu gênero e o processo histórico do qual é parte lhe impõem. Sua capacidade criativa se desenvolve num campo de possibilidades que limita a sua liberdade de escolha. (2004, p. 10).

Segundo Luis Filipe Ribeiro (1996), todo tipo específico de discurso só adquire realidade social ao longo de um complexo processo de produção, no qual ele faz parte de uma dinâmica ideológica, por escrever com um determinado objetivo. E complementa o autor:

Pensá-lo, então, é pensar a sociedade que o produz e consome, sem deixar de, nesse contexto, atentar para a sua irredutível especificidade. Ele deve sua existência ao fato [...] de que alguém decide escrever alguma coisa para que os outros leiam. [...] Na vida em sociedade, as pessoas falam para serem ouvidas; o discurso cumpre, sempre e necessariamente, uma função de comunicação. [...] Ainda que isto não impeça sua leitura em outros espaços e outros tempos, o ato da produção estará inevitavelmente marcado pela irredutível historicidade das relações sociais. (RIBEIRO, 1996, p. 46).

Seguindo esse mesmo raciocínio, Ribeiro (1996) considera que pensar a produção literária do Brasil no século XIX significa, antes de qualquer coisa, responder aos seguintes questionamentos: Em que sociedade foi produzida? Onde circularam esses escritos? Por quem foram lidos? E saber que, embora essas atividades literárias estivessem presentes em lugares diversificados do Império, o centro produtor, por excelência, foi o Rio de Janeiro.

Segundo Reis (1995), desde a transferência da família real portuguesa para o Brasil, o Rio de Janeiro sofreu mudanças significantes, pois já não era mais a capital da colônia, da América portuguesa, mas a capital de um vasto império luso-brasileiro, considerado o centro difusor de cultura, bem como o pólo econômico e político, por todo o século XIX, no Brasil. A sociedade refinava-se, influenciada pela nobreza vinda com a Corte, compreendendo todo um amplo movimento de difusão e de criação cultural.

Os produtos culturais tiveram um papel de grande importância em relação àqueles ligados à escrita e ao saber. No Rio de Janeiro a sociedade se voltava para a imagem da França e essa influência mostrava-se presente também na cultura, fazendo com que aumentasse o público consumidor de

livros, de espetáculos e mesmo de folhetins.

Para Ribeiro (1996), cada segmento da população tem seus meios e formas de expressão. No caso da elite letrada, a literatura foi produzida e consumida por essa mesma classe social, afinal o consumo de bens culturais era um privilégio de poucos, sendo, nesse caso, da aristocracia. Portanto, a literatura era forma de expressão e identificação dessa minoria letrada.

Outro aspecto trabalhado pelo autor foi a presença significativa do público leitor feminino. Ele argumenta que a literatura, de um modo geral, na sociedade oitocentista, faz parte do lazer de mulheres de classes mais abastadas, afinal era uma forma de preencherem um tempo ocioso, já que os afazeres domésticos ficavam por conta da escravaria.

Moreira (2006) afirma que, no ambiente privado das residências, a leitura de periódicos e folhinhas passavam a dividir espaço com leituras das vidas dos santos e obras de ficção, os romances. Entretanto havia uma preocupação constante em relação à leitura, principalmente no processo de instrução feminina. O autor ainda ressalta que a atitude de alertar o público feminino quanto ao seu hábito de leitura vinha, muitas vezes, das próprias mulheres.

Luiz Carlos Villalta (1997) aponta que houve modificações em relação àquilo que se lia, durante o Império. Habitadas, até então, à leitura, em quase sua totalidade, de obras de cunho religioso, as pessoas que tiveram um acesso a uma educação mais sofisticada passaram a adquirir saberes profanos e relacionados às ciências, principalmente as naturais.

Nesse contexto social de uma classe mais abastada e privilegiada, encontrava-se a elite intelectualizada. Segundo João Cruz Costa, a história intelectual brasileira teve sua formação em virtude da influência de uma série de ideias e de doutrinas, de origem européia, entretanto “essas ideias e doutrinas aqui se deformaram ou conformaram às condições de um novo meio” (1985, p.325).

Assim, no século XIX se produz e se lê em uma sociedade solidificada, em que as distinções sociais são enfatizadas por uma classe dirigente aristocrática, a mesma classe pensante, para os padrões intelectuais da época. De certa forma, uma classe empenhada em sobreviver e se reproduzir enquanto detentora do poder do estado.

Em meio a tantos acontecimentos, as mulheres transgrediram padrões de um comportamento feminino que as reduzia ao espaço do privado e se tornaram, muitas vezes, mulheres públicas. Produziram literatura num momento em que essa escrita feminina era vista com restrições e indiferença.

Pertencentes a uma elite intelectualizada, viveram o século XIX, no Rio de Janeiro, centro propagador de cultura e ao mesmo tempo pólo econômico e político, com sua Corte afrancesada.

A vida e a escrita de Beatriz

Algumas dessas mulheres destacaram-se, como é o caso de Beatriz Francisca de Assis Brandão que, embora pertencente ao século XVIII, teve sua trajetória incluída em grande parte do oitocentos. Ela nasceu na freguesia de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, capital da província de Minas Gerais, em 1779. A família Brandão é oriunda da Normandia, de onde partiram para Portugal. No Brasil, as ramificações da família encontravam-se em Pernambuco e Minas Gerais e eram conhecidas pelas estreitas relações que mantinham com a Família Imperial. (PEREIRA, 2005).

A instrução que Beatriz Brandão recebeu limitou-se às práticas comuns da época, entretanto iniciou, desde cedo, estudos dos idiomas italiano e francês, por intermédio de um amigo da família, destacando-se mais tarde como tradutora. Cláudia Gomes Pereira (2005) afirma que, a partir de conhecimentos adquiridos, Beatriz Brandão desenvolveu vocação para as belas letras e, sobretudo, para a poesia, apesar de sua família não ser favorável às suas práticas literárias.

A poetisa casou-se aos trinta e três anos de idade, tardiamente para os padrões oitocentistas, com o alferes Vicente Batista Rodrigues Alvarenga, seis anos mais novo que ela. O matrimônio ocorreu quatro meses após a morte do pai de Beatriz, parecendo não ser do agrado da família da noiva. Mas em 1839, após vinte e seis anos de casamento, sendo que os seis últimos Beatriz Brandão viveu com um tio, a Igreja concedeu-lhe o divórcio de seu casamento. Consta que o marido foi acusado pela própria Beatriz de praticar sevícias contra ela. Nesse mesmo ano, parte para o Rio de Janeiro, onde viveu na companhia de uma sobrinha e de uma escrava. (PEREIRA, 2005, p. 34).

Mesmo diante de alguns obstáculos, tendo que enfrentar uma sociedade que, no início do século XIX, ainda não via com bons olhos a produção literária do Belo Sexo, Beatriz se fixou como escritora, tendo reconhecido o seu prestígio intelectual. Beatriz Brandão teve uma produção literária relativamente extensa entre poesia, prosa e tradução, tendo suas produções publicadas em jornais da época.

Vasconcellos (2006) enfatiza que depois de publicar seus versos no jornal **Parnaso Brasileiro**, do cônego Januário da Cunha Barbosa, editado no Rio de Janeiro, Beatriz os reuniu em um único volume, com o título de **Cantos da Mocidade**, merecendo ser notícia de um folhetim da época,

que teceu elogios à coragem dela apresentar seus escritos diante do público. Entretanto, não houve uma apreciação crítica de sua produção, ainda no jornal faz sua segunda publicação. Cláudia Gomes Pereira (2005) enfatiza que nesse momento Beatriz ainda morava em Vila Rica, o que mostra seus escritos circulando pela Corte.

Mudando-se para o Rio de Janeiro, a autora continuou trabalhando como instrutora das filhas de famílias influentes. Produziu poemas, composições musicais e participou da vida política. Integrou-se na vida social da elite do Rio de Janeiro, participando ativamente dos salões da Corte e de diversas entidades literárias, locais onde recitava poesias e composições musicais. Pereira (2005) ainda destaca alguns jornais nos quais a poetisa escreveu no período que já residia no Rio de Janeiro. De 1852 a 1855 publicou poemas no jornal **Marmota Fluminense** e alguns em **O Guanabara**.

Ao final do ano de 1850, Vasconcellos (2006) aponta que um grupo de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro propôs o nome de Beatriz Francisca de Assis Brandão como sócia honorária, mas a comissão encarregada de dar um parecer sobre a proposta se opôs à sua admissão, sugerindo que a poetisa solicitasse o ingresso a uma sociedade literária.

Para Vasconcellos fica claro que, mesmo reconhecendo os méritos poéticos e intelectuais de Beatriz Brandão, seria uma atitude atípica da época, aceitar que uma mulher tivesse acesso a instituições eminentemente masculinas: “basta lembrar que a mulher só teve acesso ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1965, e na Academia Brasileira de Letras, em 1977” (2006, p.8).



Figura 1- Beatriz Brandão: patrona da cadeira nº. 38 da Academia Mineira de Letras

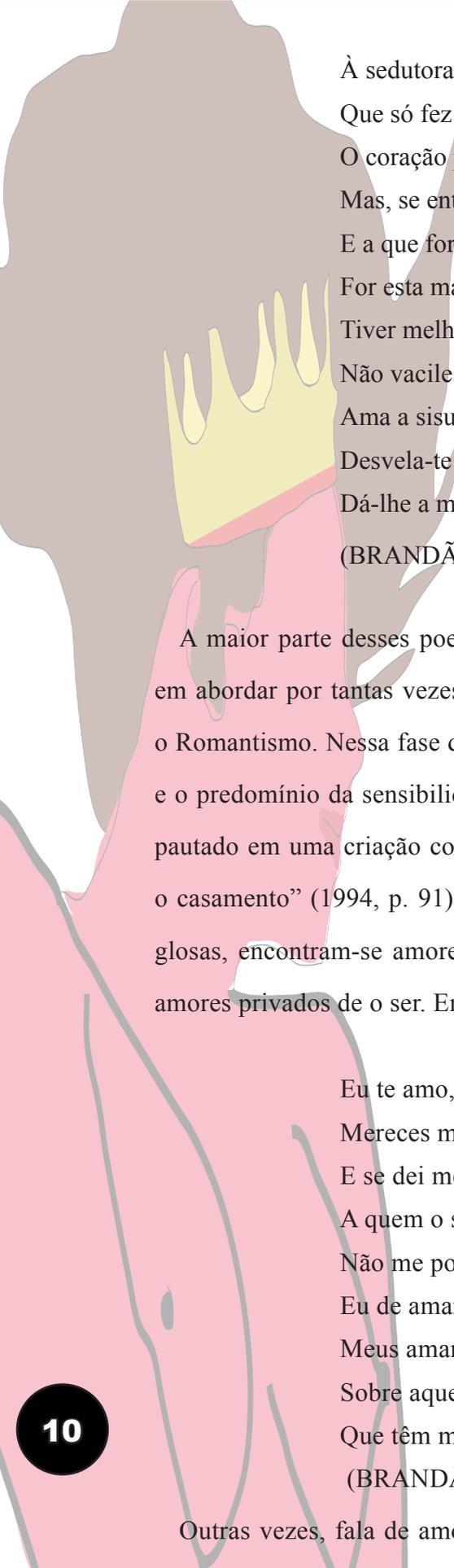
Beatriz Francisca de Assis Brandão morreu em 1868. Pereira (2005) e Vasconcellos (2005) mencionam que além de deixar publicada cerca de doze obras, Beatriz Brandão é, desde 1910, por indicação, patrona da cadeira nº. 38 da Academia Mineira de Letras e pertenceu à Sociedade Promotora

da Instituição Pública da cidade de Ouro Preto. Morreu sem que muitos de seus poemas tivessem sido publicados e, ainda hoje, seja como literária, como intelectual ou simplesmente como uma figura feminina do oitocentos, é mais uma entre tantas desconhecidas.

Beatriz Brandão escreveu poemas, composições musicais, traduções de textos em francês e italiano, além de compor óperas, modinhas e hinos. Entretanto, foi a produção poética que obteve destaque em relação às suas publicações em jornais dos quais foi colaboradora. Por meio da sua produção literária, pôde-se perceber a mulher, a poetisa, a intelectual. Em outras palavras, alguém que estava, através de seus escritos, observando uma determinada sociedade da qual fazia parte. Era produto ao mesmo tempo em que produzia.

Não se verificou o uso de pseudônimo em nenhum dos poemas analisados. Talvez pelo fato de Beatriz Brandão ter uma produção poética já conhecida quando chegou à Corte Imperial. Outra explicação pode estar relacionada aos assuntos abordados por ela, que não tinham um caráter contestador das normas vigentes. Nesse sentido, deve-se atentar para o fato de que o escritor produz dentro da limitação que o seu próprio espaço social lhe impõe. Ela pertencia a uma elite intelectualizada, vivia numa sociedade patriarcal e normatizadora e, além disso, mantinha uma relação muito próxima com a família Real, portanto dificilmente seria encontrada em seus escritos alguma mensagem questionadora a ponto de incomodar tanto uma elite política e dirigente quanto o sistema monárquico em si. Dessa forma, era-lhe permitido transitar pelos salões da Corte tocando suas músicas e recitando seus poemas, assim como ser aceita como colaboradora de jornais, fato ainda atípico para os padrões femininos do oitocentos.

Em alguns de seus poemas, ela ratificou os valores dessa sociedade normatizadora que trazia, em meados do século XIX, uma mentalidade burguesa com padrões estabelecidos, como modelo de mulher ideal, assim como o de família patriarcal. Com o poema **No álbum de um jovem**, sob forma de conselho, Beatriz Brandão adverte ao dito jovem sobre o tipo de mulher ideal para se constituir uma família e o oposto, que eram as mulheres fatais e ausentes de virtudes:



À sedutora beleza;
Que só fez a natureza
O coração para amar,
Mas, se entre a bela orgulhosa,
E a que for menos formosa,
For esta mais cautelosa,
Tiver melhor condição;
Não vaciles, deixa a bela,
Ama a sisuda donzela,
Desvela-te só por ela,
Dá-lhe a mão e o coração.

(BRANDÃO, 1855 apud PEREIRA, 2005, p. 119).

A maior parte desses poemas tem como tema central o amor. Para entender a escolha da autora em abordar por tantas vezes essa questão deve-se situá-la no contexto literário brasileiro da época, o Romantismo. Nessa fase da literatura o lirismo caracterizava a poesia, assim como a subjetividade e o predomínio da sensibilidade e da imaginação sobre a razão. Segundo Alfredo Bosi, o período é pautado em uma criação com conteúdo como: “o amor e a pátria, a natureza e a religião, o povo e o casamento” (1994, p. 91). Assim nos poemas classificados estruturalmente como quadras, liras e glosas, encontram-se amores correspondidos, amores imaginados, proibidos, impossíveis, infiéis e amores privados de o ser. Em alguns, ela fez a relação de amor com razão:

Eu te amo, e no meu conceito
Mereces minha afeição,
E se dei meu coração
A quem o sabe prezar,
Não me posso retratar;
Eu de amar tenho razão
Meus amantes pensamentos
Sobre aqueles sentimentos
Que têm mil razões amáveis.

(BRANDÃO, 1855 apud PEREIRA, 2005, p. 89).

Outras vezes, fala de amores proibidos, em que as histórias românticas e sentimentos platônicos

acabam alimentando a idealização do relacionamento amoroso, numa sociedade onde os relacionamentos, muitas vezes, obedeciam a regras referentes a alianças políticas e econômicas, relegando a um segundo plano as questões sentimentais:

Devo ocultar a paixão
 Que me obriga suspirar
 Proferir não posso o nome
 Daquele que me prendeu!
 Fora crime o nome seu
 De meus lábios escapar.

(BRANDÃO, 1855 apud PEREIRA, 2005, p. 76).

Deve-se destacar que em meados do século XIX, estava-se formando um expressivo público leitor feminino, para quem Beatriz Brandão escrevia. A Marmota Fluminense, periódico publicado no Rio de Janeiro, entre os anos de 1849 a 1857, que publicava seus versos, era um jornal de modas e variedades, o que indica ser recorrente a presença significativa desses poemas em suas páginas.

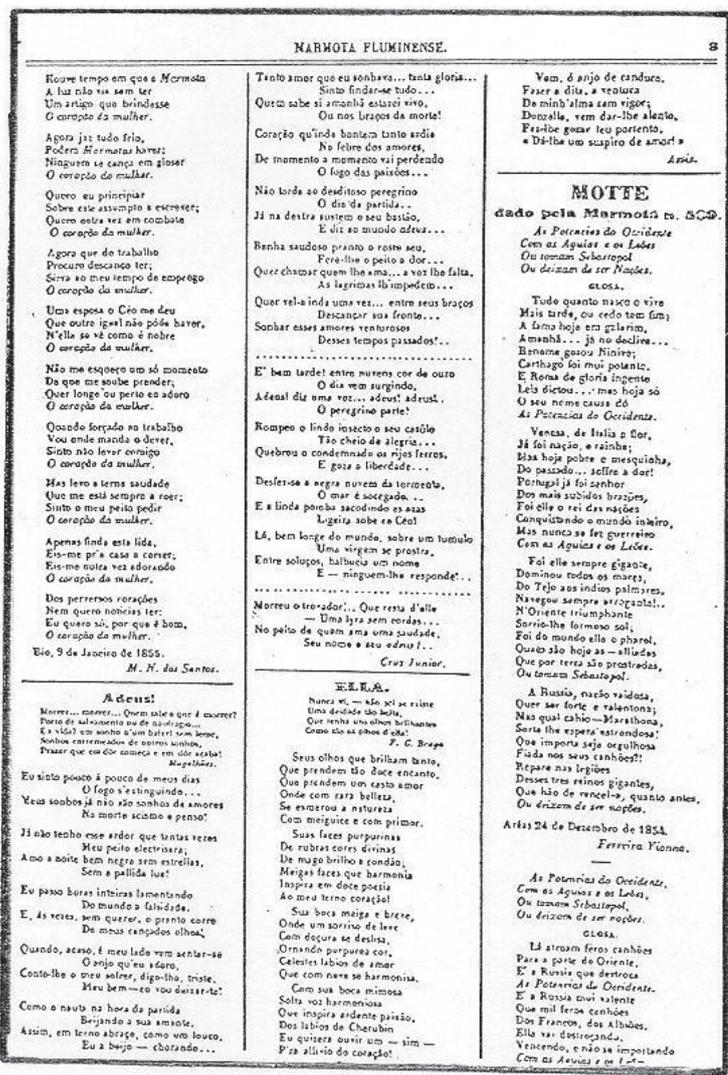


Figura 2 - Reprodução de uma página do periódico Marmota Fluminense

Ainda nessa mesma linha de considerações, destacam-se algumas glosas nas quais se verifica a escrita de Beatriz Brandão no masculino (o eu lírico no masculino). De certa forma, mostra como a mulher era vista pela sociedade masculina e patriarcal da época. Dentre esses poemas destacam-se três que foram publicados consecutivamente, endereçados a uma única mulher de nome Elisa. Segundo Cláudia Gomes Pereira (2005), junto a um desses poemas havia uma carta assinada por Dona Beatriz ao senhor Paula Brito, proprietário e editor da **Marmota Fluminense**, no qual ela fazia menção à encomenda do poema, o que pode vir a justificar essa sua escrita no masculino.

Durante o oitocentos a influência francesa se fazia presente nas mais variadas formas sociais. Em relação a Beatriz Brandão essa influência aparece também na forma como ela estrutura seus poemas, com características semelhantes aos românticos franceses.

Em relação às suas práticas de leitura, mostrou que tinha contato com livros de diferentes autores, afirmando que eles foram suas primeiras influências literárias, e dentre os quais destaca Camões: “Eu tinha conseguido a grande dita / De ganhar um Camões, e um Bernardes (eis meus mestres primitivos)” (BRANDÃO, 1853 apud PEREIRA, 2005, p. 70). Outro tema muito recorrente em seus escritos era a Mitologia Grega: “Com Tristões, Glaucos, Tágides, Nereides” (BRANDÃO, 1853 apud PEREIRA, 2005, p. 71).

A poetisa indica em um de seus versos que não era permitido o acesso a certos livros, somente quando obtinha licença ou às escondidas. Aliás, parece que era uma prática comum à vigilância dessas mulheres, tanto em relação ao que elas liam quanto no momento em que estavam lendo:

Que em um cesto jaziam esquecidos
Entre velhos, e inúteis alfarrábios,
Pude escondê-los, e em seguida os lia.
Que ilustração! Que fonte de ciência!
Li, reli, decorei, compus idílios!
(BRANDÃO, 1855 apud PEREIRA, 2005, p. 71).

A sociedade não via com bons olhos o envolvimento dessas mulheres com a prática literária. A elas era permitido, na maioria das vezes, ser a musa inspiradora e raramente a criadora. A vigilância em

relação a essas produções literárias femininas às vezes vinha das próprias mulheres. Muitas foram impedidas de se dedicar e se expor. Em um epigrama escrito por Beatriz Brandão ficam evidentes essas questões:

A sábia Ulina se aflige
De me ver metrificar;
Teme que possa eu chegar
Por poeta a enlouquecer
E eu temo que ela enlouqueça
Com os desejos de o ser
(BRANDÃO, 1855 apud PEREIRA, 2005, p. 68).

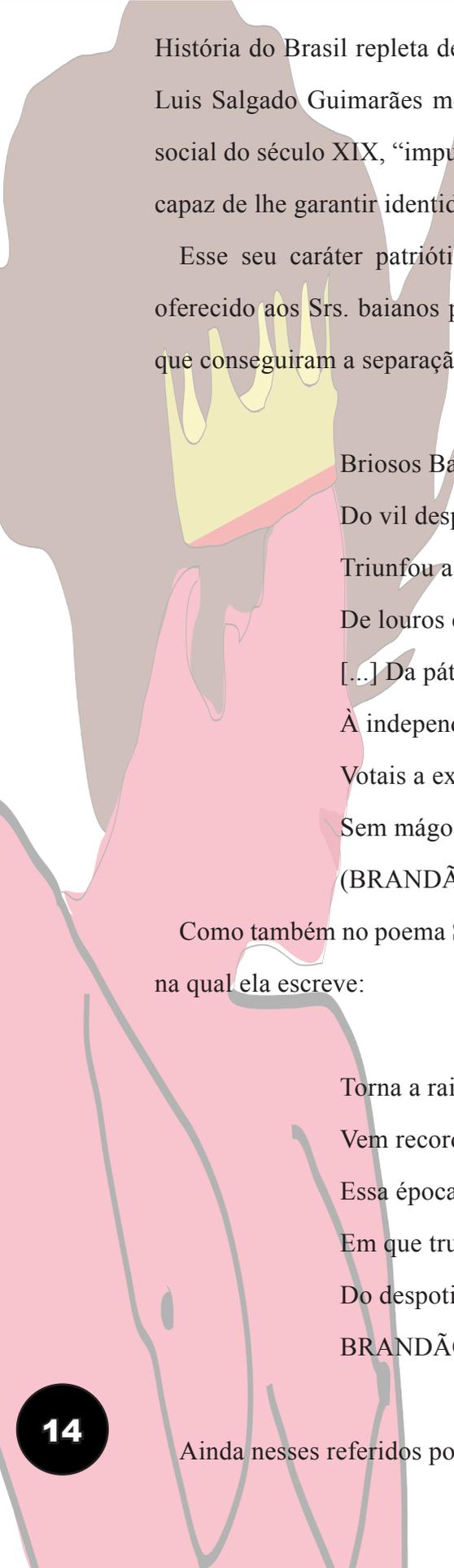
Diferente de outros assuntos abordados com uma maior frequência por Beatriz Brandão em seus poemas, as questões ligadas à política raramente aparecem. Num poema de circunstância, intitulado **Aos anos**, Beatriz demonstra uma característica peculiar nos seus escritos que fazem alguma menção à vida política de meados do século XIX, um patriotismo exacerbado:

Mas se estranhos atacarem
Nossa Pátria tão amada,
Valoroso empunha a espada,
Vai constante defendê-la;
Sangue e vida dar por ela,
Que é dever do Cidadão.
(BRANDÃO, 1854 apud PEREIRA, 2005, p. 115).

Assim, em relação a sua visão patriótica, deve-se considerar que naquele momento o conceito de Estado e Nação estava ganhando forma na sociedade e que o pensamento comum a essa elite intelectualizada, da qual Beatriz Brandão fazia parte, era o de buscar uma identidade para o Brasil enquanto nação, tendo como pano de fundo a manutenção da monarquia assim como uma garantia de integridade social. Vale lembrar que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro construiu uma

História do Brasil repleta de grandes feitos e personagens exaltados como heróis nacionais. Manoel Luis Salgado Guimarães menciona que, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX, “impunha-se como tarefa e delineamento de um perfil para a ‘nação brasileira’, capaz de lhe garantir identidade própria no conjunto mais amplo das Nações” (1988, p. 6).

Esse seu caráter patriótico pode ser exemplificado em dois poemas. Um em forma de hino, oferecido aos Srs. baianos por ocasião da celebração das tropas do exército e da marinha brasileira que conseguiram a separação definitiva do Brasil dos domínios de Portugal, em 1823:



Briosos Baianos, que jugo nefando
Do vil despotismo invicto quebrastes,
Triunfou a bandeira que livres jurastes,
De louros e palmas a Pátria adornando [...]
[...] Da pátria querida
À independência
Votais a existência
Sem mágoa ou pesar.

(BRANDÃO, 1857 apud PEREIRA, 2005, p. 134).

Como também no poema Saudação oferecida à sociedade de Ipiranga ao dia 7 de setembro de 1857, na qual ela escreve:

Torna a raiar, ó Dia luminoso!
Vem recordar nas plagas brasileiras
Essa época brilhante e gloriosa
Em que truncados vimos, e dispersos
Do despotismo os ferros detestados!
BRANDÃO, 1857 apud PEREIRA, 2005, p. 136).

Ainda nesses referidos poemas, ela faz menção a D. Pedro I como verdadeiro herói nacional:

Estátuas e até cultos se votaram
Aos Neros, aos Tibérios, aos Calígulas,
E a outros monstros, que infernal memória.
Mais e mais sua infâmia perpetuaram
E inda estátuas não tem Pedro Primeiro.
(BRANDÃO, 1857 apud PEREIRA, 2005, p. 137).



Figura 3- Dom Pedro I: visto como o herói do Brasil

E a Pedro II, constata-se a mesma admiração e a visão sobre a figura heroica, seguindo o mesmo olhar nacionalista.

Neste grande dia,
Brilhante, e jucundo,
A PEDRO SEGUNDO
Vos ouvi brindar.
Oh! Sim, acataremos
O Monarca Augusto,
Sábio, pio, e justo.
Digno de reinar.

(BRANDÃO, 1857 apud PEREIRA, 2005, p.135).



Figura 4- Dom Pedro II: inspiração poética de Beatriz Brandão

Em relação a esta exaltação por parte de Beatriz Brandão é necessário ressaltar que havia naquele momento a necessidade da construção de uma identidade nacional para o país, uma identidade própria. Guimarães (1988) afirma que é uma proposta ideológica, incluindo a nação numa jornada civilizadora que teve início com a colonização portuguesa.

O significado inovador de Beatriz

Assim, Beatriz Francisca de Assis Brandão mostrava o que via e a forma como enxergava essa sociedade oitocentista. Era o olhar da mulher, da intelectual, da elite, da escritora. Afinal ela era uma literata pertencente a um grupo específico dentro dessa sociedade, o grupo dos intelectuais, e sua visão de mundo não é uma visão singular, mas a do grupo ao qual ela pertencia. Como mulher e poetisa, teve um comportamento inovador para a época, renunciando a presença feminina no mundo das letras e num transitar social, que foi uma das marcas do movimento feminino do século XX. Como escritora produziu de acordo com o espaço social no qual estava inserida. Foi um entre tantos olhares que se faziam em relação àquilo que ela era para essa sociedade e aquilo que essa sociedade permitia que ela fosse, promovendo uma reflexão sobre a gênese do papel feminino no século XX.

Fonte das imagens

1. <http://www.academiamineiradeletras.org.br> 2. http://d.i.uol.com.br/andre-gardenberg_330_div.jpg
2. http://letrasinversoreverso.blogspot.com/2008/09/centenrio-machado-de-assis_24.html
3. <http://www.jornalserranonline.com.br/noticia-brasil-052.html>
4. <http://www.atarde.com.br/cienciaevida/?tag=usp>

Referências

AGUIAR, Neuma. Para uma revisão das ciências humanas no Brasil desde a perspectiva das mulheres. In: _____ (Org.) *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 9-30.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.

COSTA, João Cruz. O pensamento brasileiro sob o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.) *História geral da civilização brasileira: o Brasil monárquico*. São Paulo: DIFEL, 1985. v. 3; tomo II, p. 324-342.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 223-240.

DUARTE, Constância Lima. *O cânone literário e a autoria feminina*. In: AGUIAR, Neumar (Org.) *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 85-94.

FACINA, Adriana. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GUIMARÃES, Luís Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. 2006. 270 f. (Mestrado em História) - UFMG, Minas Gerais, 2006.

PEREIRA, Cláudia Gomes. *Beatriz Brandão: mulher e escritora no Brasil do século XIX*. São Paulo: Scortecci, 2005.

RIBEIRO, Luiz Filipe. *Mulher de papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis*. Niterói: EDUFF, 1996.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 401-442.

VASCONCELLOS, Eliane. *A mulher na literatura*. In: GT/Anpoll. Florianópolis: jun. 2005. Disponível em: <<http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/catalogo.html>>. Acesso em: 19 maio 2006.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando (Org.). *História da vida privada no Brasil-Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. II, p. 332-383.

Recebido em março de 2010
Aprovado em setembro de 2010
Arte: Lúcio Érico Soares Cunha